



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior**

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular nº 287/2023

Brasília(DF), 25 de agosto de 2023

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

Companheiros(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do Setor das IFES, realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2023, na Sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof<sup>a</sup>. Francieli Rebelatto

Secretária-Geral

## **RELATÓRIO DA REUNIÃO DO PLENO DO SETOR DAS IFES DO ANDES-SN - BRASÍLIA, 3 E 4 DE JUNHO DE 2023 - SEDE DO ANDES-SN**

**Data:** 19/08/23 (sábado) e 20/08/23 (domingo) – (Circ. Nº 230/2023)

**Horário:** 9h às 17h (sábado) e 9h as 13h:30 (domingo) – (horário de Brasília – DF)

### **Dia 19/08**

**Manhã (9h às 12h)** - Mesa: Mario Mariano (coordenação), Luiz Eduardo (Secretaria), Lúcia Lopes (Relatoria)

A reunião teve início às 9h30 e contou com a presença de representação de 27 seções sindicais com 46 representantes, 06 diretores do ANDES-SN, conforme lista de frequência. Coordenando a mesa estavam o(a)s seguintes diretores no primeiro dia pela manhã (sábado): Mario Mariano Ruiz Cardoso (1º VPR Leste), Luiz Eduardo Neves (1º VPR Nordeste I) e Lucia Lopes (3º Vice-Presidenta). Na parte da tarde (sábado) coordenaram a mesa Luiz Eduardo Neves (1º VPR Nordeste I), Lucia Lopes (3º Vice-Presidenta) e Breno Santos (1º VPR Pantanal); Também estiveram presentes também a Francieli Rebelatto (Secretaria Geral) e Raquel Dias (1ª Vice-Presidenta).

A mesa coordenadora deu as boas-vindas a todo(a)s, saudou novo(a)s o(a)s participantes de seções sindicais e apresentou o(a)s novo(a)s diretores que compõe a coordenação do Setor das IFES. Em seguida, apresentou a pauta da reunião, conforme indicada na convocação, a saber:

### **Dia 19 de agosto**

#### **Manhã (9h às 12h)**

1. Informes Nacionais sobre a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) e Campanha Salarial de 2024;
2. Conjuntura e avaliação geral da campanha;

#### **Tarde (14h às 18h)**

3. Recomposição salarial: informes sobre as assembleias gerais, debate e encaminhamentos.

**Dia 20 de agosto**

**Manhã (9h às 12h)**

4. Mesa Específica de Negociação: informes e encaminhamentos;
5. Encaminhamentos finais e encerramento.

## **RELATORIA:**

1. **Informes sobre lutas gerais do ANDES-SN: o diretor Mario Mariano deu os seguintes informes:** No dia 11/08/23 - Mobilizações do “Revoga NEM” e Dia do Estudante; realização de agenda sobre as intervenções no dia 15/08 com os deputados Patrus Ananias e Glauber Braga, com reafirmação do projeto de universidade do ANDES-SN com a necessidade de avançarmos com o fim da lista tríplice e por eleições paritárias – houve sinalizações positivas do governo sobre o fim da lista tríplice, porém, dificuldades em avançar na pauta sobre paridade; participação na Marcha das Margaridas em conjunto com seções sindicais; presença no Seminário com o governo sobre Enfrentamento ao Assédio e Discriminação na Administração Pública Federal;

- **Informes sobre negociação:** o processo da MNNP começou com o debate sobre reajuste emergencial logo no início do novo governo, quando a abertura da Mesa Nacional já havia sido solicitada. Em março de 2023, o FONASEFE reiterou a reivindicação e o governo assumiu alguns compromissos como retirada da PEC 32 de pauta, suspensão de INs prejudiciais ao serviço público e apresentação de protocolo de funcionamento das mesas (oficializado, em 13 de julho). O protocolo de funcionamento das Mesas foi informado, com suas subdivisões; a Mesa Central de Negociação reúne entidades do(a)s SPF e com a bancada sindical; a Mesa Setorial funcionará a partir dos setores como educação, saúde, as Mesas Específicas tratarão de impactos orçamentários, como a questão da carreira, para corrigir distorções. Até o momento na MNNP: em 11 de julho, o FONASEFE enviou propostas, incluindo a revogação de normativas prejudiciais, PEC 32, Decreto nº 10.620 sobre aposentadorias, pensões do INSS, além de proposta de recomposição salarial em dois blocos (ver ofício do FONASEFE anexado), Debate interno no FONASEFE apontou que a negociação deveria ser baseada no IPCA, índice oficial da inflação, embora a legislação indique o INPC como parâmetro, o IPCA, por outro lado, é considerado como índice oficial para medir a inflação. A diferença fundamental entre

os dois índices é que o INPC procura avaliar a mudança da inflação do período com base na variação dos preços da cesta básica até 5 salários, e o IPCA tem como referência trabalhador(a)s que recebem até 50 salários mínimos. Um dos debates presentes no FONASEFE é que boa parte da categoria do executivo federal se encontra com os vencimentos superiores a 5 salários, por isso a opção pelo IPCA. Em relação à localização do(a)s docentes, foi feito um estudo no FONASEFE e um pelo DIEESE - uma nota técnica que confirma o conjunto das perdas dos dois blocos e, especificamente, sobre nossa categoria, considerando o valor da nossa remuneração básica. A partir desses estudos, foi constatado que boa parte da categoria teve algum tipo de conquista, mas com perdas que vão de 17% a 37% (em média), justificando a reivindicação que constitui o Bloco 2 de perdas gerais, com elementos de recomposição de carreira à parte. No dia 11 de julho, houve uma reunião para apresentar ao governo o conjunto das nossas reivindicações. Posteriormente, uma reunião no dia 25/07 para apresentar os itens de revogação demandados, incluindo a retirada da PEC 32. Foi incluída também a demanda de liberação para mandato classista sem ônus para as entidades. Não houve avanço substancial para os 9 itens de reivindicação, com inclinação positiva apenas para possível liberação de mandato classista e para o debate sobre as regras do consignado. Foi marcada uma reunião para o dia 4 de agosto, que foi suspensa de modo unilateral pelo governo e, posteriormente, transferida para o dia 10. No dia 10/07, o governo trouxe três pontos para a Mesa, mas pouca abertura para negociação, inclusive impondo a ordem da pauta - I) carreira (não houve avanço, pois o governo deteve-se em apresentar um modelo de funcionamento para as Mesas Específicas de Negociação que tratarão da reestruturação das carreiras), (II) entidade gestora dos regimes próprios de Previdência, e (III) negociação salarial (sem a definição do esperado índice de recomposição). O governo anunciou que não tinha nenhum índice para apresentar, por conta da não aprovação, à época, do arcabouço fiscal. O governo informou que as mesas específicas deveriam ser instaladas de setembro a novembro, obedecendo a lista de prioridades do governo no PPA. A da FUNAI e a da Agência Nacional de Mineração já estavam sendo instaladas. Houve uma exigência da bancada sindical de apresentação do índice, demonstrando a insatisfação diante do não cumprimento daquilo que havia sido indicado pelo governo. Após a falta de resposta do governo, foi definido em reunião do FONASEFE no dia 18/08 o envio de um ofício manifestando descontentamento e exigindo que o governo apresente

até o dia 24/08 uma contraproposta, para que possamos dar um retorno até o dia 30/08, observando a necessidade de aprovação da LDO. Foi aprovado também o calendário de mobilização que vem sendo construído no FONASEFE, de 28 a 30 de agosto, com o dia 30 sendo um dia de mobilização em Brasília e nos demais locais de atuação da categoria. Durante a primeira manhã da reunião do Setor das IFES, alguns pedidos de esclarecimento foram realizados, em especial sobre o índice e variação média das perdas, além da localização da nossa categoria no índice (no bloco de perdas). Foram esclarecidas as questões e reiterada a subdivisão das Mesas de Negociação e suas funções. Foi informado também que protocolamos junto à MNNP nossa proposta de carreira, enviada junto com a proposta de carreira única do SINASEFE e FASUBRA. Foi criticada a ausência de informes adicionais do histórico e detalhamento dos índices na circular. Diante desse questionamento, a coordenação do Setor reiterou que será enviada a Nota Técnica do DIEESE para as Seções Sindicais a fim de subsidiar melhor os debates nas bases, e a compreensão dos índices que indicam a média de perdas informadas, entre 17% e 37%. Foi questionado também sobre a possibilidade de revogação dos itens relativos ao PDP. A coordenação explicou que a pauta de Revogação visou abarcar os impactos gerais para o(s) servidore(a)s, e que as pautas específicas deverão entrar na Mesa Específica. Outro questionamento foi de que, dado que havíamos aprovado um percentual antes do reajuste emergencial, ficou a impressão de que havia sido aprovado um novo índice, na segunda etapa de negociação. A coordenação esclareceu que, no dia 20 de março, a diretoria do ANDES-SN reafirmou a necessidade de lutar pelas perdas históricas da categoria, para além da aceitação dos 9% de recomposição emergencial naquele momento. No FONASEFE, foi feito um debate sobre essas perdas históricas, que não havia ainda sido realizado em profundidade antes do debate sobre reajuste emergencial. Foi então que o novo percentual foi apresentado, após um estudo mais alargado das perdas. Foi comentado por alguns representantes das SSIND que tem sido penoso para a categoria entender os índices propostos, especialmente porque há grande variação nos diversos níveis de carreira. Algumas seções se comprometeram a enviar seus estudos específicos sobre o tema, aprimorando os instrumentos informativos para fazer a luta, com uma organização das informações acerca dos índices. Foi pedido um esclarecimento sobre qual é a data referência para as últimas negociações, se seria 2010 ou 2018. Foi esclarecido pela coordenação que esse debate tem sido feito no conjunto do(a)s servidore(a)s,

e a síntese muitas vezes não é a nossa posição particular. Foi entendido, no FONASEFE, que 2010 era um parâmetro importante para pensar as perdas. No âmbito do fórum, a compressão é que 2010 é uma indicação de que é preciso garantir o que tínhamos no governo Lula, em julho de 2010. Para a coordenação, é importante entender também que a proposta faz parte da proposição de uma política salarial, com as projeções para o futuro.

## 2. Conjuntura e avaliação geral da campanha:

O segundo ponto foi aberto com as contribuições das diretoras Fran Rebelatto e Raquel Dias: **PANORAMA INTERNACIONAL/NACIONAL:** Dois eventos na América Latina nos alertam para o avanço do fascismo e as lutas que serão travadas e continuadas no próximo período: a superação da votação expressiva de Milei na Argentina, representando a extrema-direita com uma plataforma conservadora, que se opõe às políticas educacionais e à integração regional; em segundo lugar, a violência política na América Latina, especialmente com o assassinato do candidato à presidência no Equador e militantes dos movimentos sociais. No Brasil, acompanhamos com preocupação as contradições do Governo Lula, incluindo a política fiscal desfavorável a(o)s trabalhadore(a)s, agravadas pelas ações de Lira para pressionar o governo. Seguimos a CPI do MST, que é parte de um contexto de criminalização dos movimentos sociais; o avanço da violência estatal, com chacinas e aprofundamento da violência contra a população negra, periférica e quilombola, destacamos o assassinato de Mãe Bernardete, liderança quilombola na Bahia; o assassinato da menina negra Eloah, por uma operação militar no Rio de Janeiro; ou ainda a chacina no Guarujá, em São Paulo. Destaque também para as lutas nacionalistas na África, e os enfrentamentos contra o colonialismo e a sua relação com os conflitos globais mais gerais, em especial na guerra entre Rússia e Ucrânia. Todos esses elementos estão conectados com a possibilidade de luta da classe, no Brasil e no exterior.

**LUTAS NA EDUCAÇÃO E NO SERVIÇO PÚBLICO:** É fundamental ressaltar que, no âmbito do FONASEFE, nossa luta central se concentra na construção de uma política coesa para valorizar o serviço público, o(a)s servidores e garantir uma política salarial adequada, impulsionando o funcionamento efetivo da MNNP. Nesse sentido, temos pautado a importância



da continuidade da luta contra a proposta de PEC 32 e as chantagens de Lira, e colocamos isso na pauta para o governo. Será necessário ficarmos atentos/as a esse processo para reeditar, se necessário, o processo de mobilização permanente, com a cobrança nas reuniões de que se cumpra o termo do acordo estabelecido. O outro aspecto de preocupação central é o Novo Arcabouço Fiscal, com o governo atrelando a negociação salarial à aprovação do Arcabouço. Foi lembrado que temos resolução do 66º CONAD de lutar contra o Arcabouço Fiscal e pela defesa dos serviços públicos. Outro tema central é a luta pela revogação do Novo Ensino Médio, com a aprovação da construção de uma programação comum para o dia 09 e dia 11 de agosto, com consequente participação nas mobilizações daquela semana, que foi organizada como Semana de Defesa da Educação Pública, com plenária do(a)s servidore(a)s no dia 08, com mais de 1000 pessoas presentes, e mobilização no dia 10 em frente à Câmara dos Deputados e ao DNIT, defendendo a revogação do NEM e contra o corte das verbas para a educação, recém implementados pelo governo e que não se descolam do debate sobre Arcabouço Fiscal. Destaque também para as lutas contra as intervenções nas IFES, construção do Julho das Pretas, em referência ao 25 de julho, e participação na Marcha das Margaridas, lembrando que o nome de Margarida Alves consta do livro dos heróis e heroínas da pátria. E, por fim, a importância da luta em São Paulo contra os ataques do governo Tarcísio sobre a educação pública, como a retirada do PNLD, medidas de vigilância aos professores, dentre outras. Além também lutas em estados como o Paraná e Bahia. Este conjunto de elementos, desde a perspectiva internacional, se articulam com as lutas mais amplas da classe trabalhadora brasileira, da luta pela educação pública e os direitos da nossa categoria.

### **DEBATE DE CONJUNTURA:**

**Inscritos (as):** Clariana (ADUFMAT); Maíra (ADUFRJ); Gonzalo (ADUFCEG); Jailton (ADUFAL); Junia (ADUFES); Fabio (SindCEFET-MG); Elaine (ADUFPEL); Ascísio (SEDUFMS); Marisa (APUBH); Lucia Lopes (DN, ADUnB); Jacyara (ADUFES); Ana (ADUA), Breno (DN, ADUFMAT), Susana (ADUFF); Marinalva (ADUFCEG); João Claudino (ADUFF); Vanderlei (SindiUNIFESPA); Mario Mariano (DN, ADUFVJM); Armando (SindiUNIFESPA); Fernando (ADUFPB); Alberto (ADUNIFESP); Leonardo (APES-JF); Edson (ADUFPB); Noemia (ADUFDOURADOS)

### **Outros elementos apontados no debate de conjuntura:**

**BERNARDETE, PRESENTE!**

**ELOAH, PRESENTE!**

- Foram lembradas as ameaças de mortes a militantes no Brasil, como é o caso das deputadas do campo progressista e também a militantes do ANDES-SN, em especial em regiões do agronegócio. Importante realizar formação com o tema da segurança.
- Destacou-se o caso da UFMT, e dos ataques da reitoria, com o fechamento de alguns espaços democráticos da universidade, especialmente com a manutenção dos conselhos em reuniões virtuais, e investidas contra processos de progressão e no regime de trabalho do(a)s professore(a)s;
- A diretoria da ADUFRJ está fazendo gestão junto ao governo federal sobre as pautas de recomposição e carreira, com reuniões com Ministérios e intervenção no debate sobre o Arcabouço. A direção da ADUFRJ não é contra o Arcabouço Fiscal.
- Foram reforçadas as questões internacionais em relação aos processos políticos na América Latina, em especial as eleições na Argentina, a violência política no Equador e também no Peru.
- Reforçou-se que a Independência política é fundamental para o avanço das negociações.
- A direita no Brasil continua forte e atuante no Brasil. Trump aparece como favorito para ganhar as eleições nos EUA. Chantagem permanente do congresso com o governo, de Lira e do centro e da extrema-direita. A PEC 32 deve ser um tema central para o enfrentamento a ser feito, e devemos ampliar ações para enfrentar o congresso.
- Enquanto sindicato, é temerário partir das diferenças que favorecem o Arcabouço em detrimento do Teto dos Gastos, em vez de partirmos do princípio de enfrentamento de qualquer política de austeridade. Mas o Arcabouço também não nos atende e vai contra os interesses do nosso povo.
- Uma característica central de um sindicato como o ANDES é de não ser “sindicato cidadão”, pois isso entra em contradição com um sindicato que se pauta pela luta de classes. A função do sindicato é manter independência política do governo e isso não significa sectarismo, mas o seu compromisso com a classe trabalhadora. Isso significa, lutar contra o Arcabouço Fiscal. O Governo é a expressão das contradições de classe, por isso o debate da austeridade



fiscal é fundamental. Outro debate é a criminalização dos movimentos sociais, o genocídio cotidiano neste país que temos que denunciar.

- Necessidade de mobilização para reverter os ataques, que não são de hoje. Necessidade de reforçar a mobilização com a presença das seções em Brasília.
- Disputa interna da extrema direita nacional, visando a substituição de Bolsonaro, e o posicionamento de Tarcísio nessa disputa, sem deixar de observar como isso está relacionado ao avanço da extrema-direita internacionalmente.
- Tomar como metodologia de luta, a luta contra a PEC 32.
- Importante manter a atenção na CPI dos atos antidemocráticos, e as denúncias contra Bolsonaro e membros de sua base de apoio.
- Mudança na constituição do Estado de Minas Gerais com viés privatista; chamado para manifestações contra coincidindo com o grito dos excluídos.
- A permanência da presença violenta da extrema direita se expressando na política cotidiana. Importante destacar os limites de atuação do governo federal, e a continuidade de um conjunto de políticas que mantém medidas prejudiciais a(o)s trabalhadore(a)s e de benefício da burguesia. A correlação de forças continua desfavorável. A conjuntura demanda que mantenhamos autonomia com relação ao governo para incidir com qualidade na correlação de forças.
- Atenção às lutas contra a violência policial racista que segue acontecendo com governo de esquerda e de direita, como é o caso da violência na Bahia. E isso também se expressa nas universidades, como é o caso da luta pela política de cotas. Violência racial e de gênero. Luta antirracista é de caráter civilizatório e não é à toa que o espaço dos setores ainda é majoritariamente branco.
- Desmobilização da categoria; Luta para fortalecimento do PNAES; Manutenção dos procedimentos administrativos do governo Temer e Bolsonaro, PDP, Plano de Gestão de Pessoas, Teletrabalho, sucateamento das universidades com o teletrabalho; pensamento bolsonarista nas nossas universidades; orçamentos das IFES; luta contra o racismo e violência de gênero.
- Foi salientado que é importante que se respeite a unidade no processo de negociação salarial e na luta contra o Arcabouço, unidade essa aprovada pela categoria, e conduzida com

forte incidência do ANDES-SN na MNNP. É fundamental que não se parta para negociações paralelas “voluntaristas”, sob o risco de passar sinais trocados para a categoria acerca do andamento das negociações, seus objetivos e disposição do governo nesse processo.

- Reforçar a luta contra a violência estatal, especialmente contra a população negra. Agressões contra a Deputada Marina do MST. Luta contra a naturalização do remoto para o trabalho na universidade. Desfinanciamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- A instalação das Mesas não é um presente, e se o governo não tiver a educação na pauta central, o fascismo irá se fortalecer. Lutar contra as opressões dentro da universidade é urgente. Necessidade de garantir patamar mínimo de respeito financeiro aos servidores públicos e, em especial, aos docentes.
- A formulação da política do governo não faz parte de nossa tarefa, nem de nossos princípios, a despeito de o termos ajudado a se eleger. A violência política é um aviso para o conjunto dos lutadores. A violência não saiu ainda do cenário da história, especialmente em momento de crise do capitalismo. A direita se localiza também nessa luta, se aproveitando da crise.
- Precisamos sair de um apaziguamento das lutas, contra o governo e suas alianças no campo da direita, com concessões ao empresariado. É preciso nos aliar a outros setores para construir mobilização e mudar a correlação de forças. Lutar pela categoria nos colocará em oposição ao governo.
- É uma tarefa do conjunto da categoria entender o que o é governo e qual é a centralidade da luta. Reconhecer os avanços, especialmente no debate dos direitos humanos, mas precisamos criticar a manutenção das políticas neoliberais, como o NEM. Nossa categoria indicou pela necessidade da unidade no FONASEFE. O conjunto do(a)s servidore(a)s indica a luta contra o Arcabouço. Nossa categoria não nos autorizou a fazer qualquer mediação com relação ao arcabouço fiscal.
- Violência política, especialmente na fronteira. Necessidade de uma rede de cooperação com professore(a)s da área de expansão da fronteira agropecuária, onde a violência é mais comum. Aproximar o sindicato de outros movimentos sociais, para além do(a)s servidore(a)s. O não pode significar uma saída.

- Temos que nos manter em processo de negociação. Avanços nas negociações desde que o novo governo tomou posse, fruto da luta. O desafio é ir para cima do governo para revogar a EC 95, a partir do campo de unidade. À medida que tivermos conquistas, a mobilização acontecerá. Lutar contra os pontos que estão travando a negociação.
- Estamos lidando ainda com as consequências do golpe. A EC 95 é uma delas. Frente única contra as amarras do golpe.
- Frustração eleitoral na América Latina e pêndulos ideológicos produzidos pela conciliação de classe. O que combate isso, é a expressão mobilizada na rua. Manter a linha sindical classista, que expressa sua autonomia na mobilização por fora da institucionalidade governamental. Não tem o que salvar no NEM, na PEC 32 e no arcabouço fiscal.
- Não estamos fora do risco do retorno da ultradireita no Brasil, temos que ser um sindicato pautado na luta pela defesa da democracia. Continuar investindo esforço nos movimentos sociais. Nossas universidades refletem a polaridade geral do país, com ataques a sindicatos e à categoria. Pluralidade da categoria. Problemas nos calendários das universidades. Precisamos produzir ações sobre isso também.

### **3. Recomposição salarial: informes sobre as assembleias gerais, debate e encaminhamentos**

Na abertura deste ponto, a diretoria deu **Informes sobre as atividades dos GTs e as agendas até final do semestre**, conforme segue calendário abaixo:

- 02 e 03 de setembro - Reunião do GTPFS
- 16 e 17 de setembro - Reunião do GTCA
- 22 e 23 de setembro - Reunião GTPCEGDS
- 29 e 30 de setembro - Encontro EBTT
- 07 e 08 de outubro - Reunião do GT C&T
- 20 a 22 de outubro - Encontro das IEES/IMES (São Luis, MA)
- 28 e 29 de outubro - Reunião do GTSSA
- 28 e 29 de outubro - Reunião do GTPE
- 26, 27 e 28 de outubro - Encontro Jurídico
- 11 e 12 de novembro - Reunião do GTVerbas

- 24 de novembro - V Seminário Nacional de Reparação e Ações Afirmativas do ANDES-SN
- 5 de dezembro - Seminário Nacional sobre abolicionismos penais, poder punitivo e sistema de justiça criminal, do GTPCEGDS

**Foram dados Informes das seções conforme constam em anexo.**

### **20 de agosto de 2023.**

Na manhã do dia 20 de agosto, a mesa foi conduzida pelos diretores (as) Luiz Eduardo Neves (1º VPR Nordeste I), Lucia Lopes (3º Vice-Presidenta) e Breno Santos (1º VPR Pantanal). A diretoria, a partir dos informes e síntese do debate do dia anterior, fez leitura da proposta de encaminhamentos. Os encaminhamentos foram apreciados, debatidos e aprovados por consenso, conforme segue relato abaixo:

### **ENCAMINHAMENTOS:**

- Fortalecer a construção do dia **24 de agosto** como o Dia Nacional de Luta dos Movimentos Negros pelo Fim da Violência Racista da Polícia.

A partir das nossas deliberações que nos orientam a construção de unidade no âmbito das lutas do(a)s servidore(a)s o(a)s público(a)s:

- Envio de documento com a síntese global do processo das Mesas de Negociação e Nota Técnica do DIEESE;
- Elaboração de material específico com a linha do tempo da Mesa Permanente, para uso nas redes sociais do ANDES-SN e das seções sindicais, e das perdas coletivas da categoria;
- Reforçar a Proposta construída em unidade com o FONASEFE:
  - a) Realização de Jornada de Luta com diferentes formas de mobilização que possam ser feitas na base, no período de 28 a 31/08, com paralisação no dia 30 de agosto, com ato em Brasília, jogando peso para levar a base para Brasília;

- b) Paralisação e Mobilização com Ato em Brasília, dia 30/08/2023. Encontro às 9h no Espaço do Servidor, de onde iremos em passeata para a Praça dos Três Poderes;
- c) Contribuir com um fundo financeiro para ajudar os SPF do entorno de Brasília a participarem do ato do dia 30/08/2023;
- d) Realizar assembleias emergenciais, no dia 25 de agosto, considerando o retorno ou não do governo, e realização de reunião do Setor das IFES, no dia 27 de agosto, de forma presencial, em Brasília, pautando a paralisação do dia 30 de agosto.

#### **Na semana de lutas:**

- Realizar visitas aos gabinetes do(a)s deputado(a)s;
- Solicitar uma Audiência com Ministro da Educação;
- Fazer o Chamado da Comissão Nacional de Mobilização para as mobilizações nacionais, contando com seis participantes;
- Propor a realização de uma Plenária Nacional do Fonasefe, Fonacate e Centrais nesta semana com mobilização da base;
- Realizar ações locais nas unidades e campi das Universidades, Institutos Federais e Cefets;
- Reforçar a luta contra qualquer política de teto de gastos sociais, como a Emenda Constitucional 95 e o Arcabouço Fiscal;
- Intensificar a comunicação do ANDES-SN com informações da Campanha Salarial com materiais específicos (folder, cartazes e *cards*).

#### **Questões mais gerais no marco da campanha salarial 2024:**

- Fortalecer os Fóruns Estaduais em Defesa dos Serviços Públicos;
- No marco da Campanha Salarial de 2024, reforçar a luta pela democracia, que neste exato momento se materializa na defesa dos serviços públicos e dos salários e contra os tetos de gastos sociais e a PEC 32, que se pretende aprovar forçadamente contra a vontade popular;
- Realizar ações de mobilização em Brasília durante as mesas de negociação;
- Reforçar a luta pela paridade entre ativos e aposentados;

- Reenquadramento do(a)s aposentado(a)s.

## **RECOMENDAÇÃO:**

- Possibilidade de construção de um Dossiê nacional sobre a situação das IFES e das condições de trabalho e os impactos orçamentários;
- Que o GT carreira nacional acompanhe este processo de negociação e intervenções nas Mesas Específicas de debate da carreira;
- Ver o andamento do PL que trata sobre isenção de imposto para trabalhadore(a)s da educação;
- Solicitar que as seções que fizeram estudos sobre recomposição salarial enviem para a secretaria nacional;
- Reforçar uma luta por uma política tributária que aponte para impostos progressivos e taxaçaõ das grandes fortunas e que valorize as necessidades da classe trabalhadora;
- Reforçar as lutas por uma política monetária com redução das taxas de juros, de modo a não prejudicar a classe trabalhadora;
- Reforçar a luta pela denúncia e responsabilização de Bolsonaro.

**Encaminhamos também neste documento o histórico dos informes enviados para a base sobre a Campanha Salarial que tratavam do índice de recomposição:**

- **04/07/2023** - Enviamos a Circular 201/2023 para toda a base, que indicava a construção dos índices de recomposição salarial no FONASEFE: **53,05%**, para o(a)s SPF que fecharam acordo em 2015 com duas parcelas; **39,82%**, para o(a)s SPF que fecharam acordo em 2015 com quatro parcelas. Nessa mesma circular, indicamos que faríamos o debate da Campanha Salarial no CONAD em Campina Grande.
- **14/07/2023** - Reportagem que fala dos índices. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/aNDES-sN-e-demais-entidades-do-fonasefe-fonacate-e-centrais-participam-de-negociacao-com-o-governo1> - ANDES-SN



e demais entidades do Fonasefe, Fonacate e Centrais participam de negociação com o governo.

- **Entre os dias 14 e 16 de julho** – No CONAD em Campina Grande, fizemos o debate sobre os elementos da Campanha Salarial e deliberamos o seguinte: “*Que o ANDES-SN, reivindique na campanha salarial 2024 junto ao governo federal a recomposição salarial orientada pelos acúmulos realizados de forma unitária e linear com os servidore(a)s no FONASEFE e FONACATE, conforme já está em andamento na mesa permanente de negociação.*”
- **25/07/2023** - Enviamos a Circular 218/2023 para toda a base, trazendo atualizações sobre o andamento da Mesa de Negociação Nacional e com três anexos: 1) Texto sobre o andamento da Mesa; 2) Slides com a estrutura de Funcionamento da Mesa Nacional de Negociação; 3) Ofício do FONASEFE/FONACATE/CENTRAIS SINDICAIS com o detalhamento da pauta entregue ao governo sobre: 1. RECOMPOSIÇÃO SALARIAL; 2. ITENS NÃO SALARIAIS; 3. REVOGAÇÃO; 4. MESAS SETORIAIS e ESPECÍFICAS TEMPORÁRIAS.
- **15/08/2023** - Reportagem que fala sobre os índices. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/governo-nao-apresenta-indice-e-negociacao-salarial-continua-sem-avancos1> - *Governo não apresenta índice e negociação salarial continua sem avanços.*

## **PAUTA: MESAS SETORIAIS**

A diretoria apresentou a proposta de que a elaboração das demandas para a mesa setorial deveria ser construída tomando como base a pauta já protocolada pelo sindicato ao novo governo e as deliberações da categoria que foram discutidas no último CONAD.

No caso da pauta já apresentada ao governo, foram lidos e debatidos os itens constantes na Carta 001/2023 entregue ao Ministro da Educação, em ocasião da posse do mesmo no dia 02 de janeiro de 2023. Essa carta foi encaminhada para a base do sindicato através da Circular 003/2023 de 3 de janeiro de 2023. Nela, constam 11 pontos que tratam de reivindicações da categoria que perpassam temas como: EC 95, defesa da educação pública, política de cotas,

intervenções e democracia nas IES, condições de estudo e trabalho, questões salariais e de carreira, defesa do ensino presencial, Reforma do Novo Ensino Médio, BNC Formação e BNCC, liberdade de cátedra, Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e as reformas da previdência.

Sobre as deliberações do último CONAD, discutimos e avaliamos as resoluções aprovadas no 66º CONAD, que constam no Relatório enviado à base pela Circular 254/2023 de 9 de agosto de 2023. As resoluções constam a partir da página 103 do referido relatório. Conforme proposta da diretoria, focamos na discussão das resoluções que tratavam dos seguintes temas: III – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA; IV - POLÍTICAS E AÇÕES PARA CARREIRA DOCENTE; VII- AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES. Além disso, a partir das discussões, se apontou a necessidade de incorporar itens da pauta de outros temas como Ciência e Tecnologia que tratavam do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Os itens da carta e as resoluções do CONAD foram lidos de modo conjunto com os participantes da reunião do Setor das IFES, que apresentaram destaques no intuito de aprimorar o texto a ser construído para constar na pauta que será apresentada para a mesa setorial. Os elementos consensuais foram anotados pela diretoria, que irá consolidar o documento a ser entregue ao governo nas próximas semanas, e que será enviado a toda base por meio de uma circular em breve.

A reunião foi finalizada às 13h30 do dia 20 de agosto com a mesa agradecendo os esforços de todos os (as) representantes presentes.

## ANEXO I

### LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO PLENO DO SETOR DAS IFES DO ANDES-SN - BRASÍLIA, 3 E 4 DE JUNHO DE 2023 - SEDE DO ANDES-SN

**Data:** 19/08/23 (sábado) e 20/08/23 (domingo) – (Circ. N° 230/2023)

**Horário:** 9h às 17h (sábado) e 9h às 13h:30 (domingo) – (horário de Brasília – DF)

**DATA:** 19/08/23 (SÁBADO) – MANHÃ

#### DIRETORE(A)S:

Breno R. G. Santos - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL

Francielli Rebelatto - SECRETÁRIA-GERAL

Luis Eduardo Acosta- 2º VICE-PRESIDENTE

Maria Lúcia Lopes - 3ª VICE-PRESIDENTA

Mario Mariano Ruiz Cardoso - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE

Raquel Dias Araújo- 1ª VICE-PRESIDENTA

SEÇÃO SINDICAL	INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE
ADUA	ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA
ADUF DOURADOS	NOEMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA
ADUFAL	SANDRA LUCIA DOS SANTOS LIRA
ADUFAL	ROSANGELA SAMPAIO REIS
ADUFC	SONIA PEREIRA
ADUFCG	GONZALO ADRIAN ROJAS
ADUFCG	MARINALVA VILAR DE LIMA
ADUFERPE	NICOLE LOUISE MACEDO TELES DE PONTES
ADUFERPE	UIRAN GEBARA DA SILVA
ADUFES	JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN
ADUFES	JACYARA PAIVA
ADUFF	SUSANA MARIA MAIA
ADUFF	JOÃO ANTONIO TAVARES
ADUFMAT	CLARIANNA MARTINS BAICERE SILVA
ADUFMS	GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY
ADUFOP	JOANA FERREIRA DO AMARAL

ADUFPA	MARCIO WAGNER BATISTA DOS SANTOS
ADUFPB	EDSON PAULO
ADUFPB	FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA
ADUFPEL	ELAINE DA SILVA NEVES
ADUFPEL	REGIANA BLANK WILLE
ADUFPI	MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
ADUFRJ	NEDIR DO ESPÍRITO SANTO
ADUFRJ	MAYRA SOULANT
ADUFS	JOSEFA DE LISBOA SANTOS
ADUFS	ANA CLAUDIA CAMPOS
ADUFS-SS	JOSEFA DE LISBOA SANTOS
ADUFS-SS	ANA CLAUDIA CAMPOS
ADUFU-SS	SIDINEY RUOCCO JUNIOR
ADUFU-SS	SILMA DO CARMO NUNES
ADUNB	ELIENE NOVAES ROCHA
ADUNB	MICHELLI PEREIRA DA COSTA
ADUNIR	AGRIPINO JOSÉ FREIRE DA FONSECA
ADUR-RJ	PATRICIA BASTOS DE AZEVEDO
APESJF-SSIND	LEONARDO SILVA ANDRADA
APROFURG	MARCIA UMPIERRE
APUBH	MARIA ROSARIA BARBATO
APUBH	MARIA LUIZA GROSSI ARAÚJO
APUFPR	JOSÉ MARCELO ROCHA ARANHA
ASPUV	CEZAR LUIZ DE MARI
SEDUFMS	ASCISIO DOS REIS PEREIRA
SESDUFT	FABIANO KENJI NOHAMA
SINDCEFET-MG	FABIO APARECIDO MARTINS BEZERRA
SINDUNIFESSPA	WANDERLEY CORREA PADILHA
SINDUNIFESSPA	ARMANDO TAFNO
ADUNIFESPE	ALBERTO HANDFAS

**DATA:** 19/08/23 (SÁBADO) – TARDE

**DIRETORE(A)S:**

Breno R. G. Santos - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL

Francielli Rebelatto - SECRETÁRIA-GERAL

Luis Eduardo Acosta- 2º VICE-PRESIDENTE

Maria Lúcia Lopes - 3ª VICE-PRESIDENTA

Mario Mariano Ruiz Cardoso - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE

Raquel Dias Araújo- 1ª VICE-PRESIDENTA

<b>SEÇÃO SINDICAL</b>	<b>INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE</b>
ADUA	ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA
ADUF DOURADOS	NOEMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA
ADUFAL	SANDRA LUCIA DOS SANTOS LIRA
ADUFAL	ROSANGELA SAMPAIO REIS
ADUFC	SONIA PEREIRA
ADUFCG	GONZALO ADRIAN ROJAS
ADUFCG	MARINALVA VILAR DE LIMA
ADUFERPE	NICOLE LOUISE MACEDO TELES DE PONTES
ADUFERPE	UIRAN GEBARA DA SILVA
ADUFES	JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN
ADUFES	JACYJARA PAIVA
ADUFF	SUSANA MARIA MAIA
ADUFF	JOÃO CLARINTIM TAVARES
ADUFMAT	CLARIANNA MARTINS BAICERE SILVA
ADUFMS	GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY
ADUFOP	JOANA FERREIRA DO AMARAL
ADUFPA	MARCIO WAGNER BATISTA DOS SANTOS
ADUFPB	FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA
ADUFPB	EDSON PAULO
ADUFPEL	ELAINE DA SILVA NEVES
ADUFPEL	REGIANA BLANK WILLE
ADUFPI	MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
ADUFRA	JOSÉ ITABIRICI DE SOUZA E SILVA JÚNIOR
ADUFRJ	NEDIR DO ESPÍRITO SANTO

ADUFRJ	MAYRA GOULART
ADUFU-SS	SIDINEY RUOCCO JUNIOR
ADUFU-SS	SILMA DO CARMO NUNES
ADUNB	ELIENE NOVAES ROCHA
ADUnB	MICHELLI PEREIRA DA COSTA
ADUNIFESP	ALBERTO HANDFAS
ADUNIR	AGRIPINO JOSÉ FREIRE DA FONSECA
ADUR-RJ	PATRICIA BASTOS DE AZEVEDO
APESJF-SSIND	LEONARDO SILVA ANDRADA
APROFURG	MARCIA UMPIERRE
APUBH	MARIA ROSARIA BARBATO
APUBH	MARIA LUIZA GROSSI ARAÚJO
APUFPR	JOSÉ MARCELO ROCHA ARANHA
ASPUV	CEZAR LUIZ DE MARI
SEDUFMS	ASCISIO DOS REIS PEREIRA
SESDUFT	FABIANO KENJI NOHAMA
SINDCEFET-MG	FABIO APARECIDO MARTINS BEZERRA
SINDUNIFESSPA	WANDERLEY CORREA PADILHA
SINDUNIFESSPA	ARMANDO TAFNO



**DATA: 20/08/23 (SÁBADO) – MANHÃ**

**DIRETORE(A)S:**

Breno R. G. Santos - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL PANTANAL

Francielli Rebelatto - SECRETÁRIA-GERAL

Luis Eduardo Acosta- 2º VICE-PRESIDENTE

Maria Lúcia Lopes - 3ª VICE-PRESIDENTA

Mario Mariano Ruiz Cardoso - 1º VICE-PRESIDENTE REGIONAL LESTE

Raquel Dias Araújo- 1ª VICE-PRESIDENTA

<b>SEÇÃO SINDICAL</b>	<b>INDICAÇÃO DO REPRESENTANTE</b>
ADUA	ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA
ADUF DOURADOS	NOEMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA
ADUFAL	JAILTON DE SOUZA
ADUFAL	SANDRA LUCIA DOS SANTOS LIRA
ADUFAL	ROSANGELA SAMPAIO REIS
ADUFC	SONIA PEREIRA
ADUFCG	GONZALO ADRIAN ROJAS
ADUFCG	MARINALVA VILAR DE LIMA
ADUFCG	ANTÔNIO LISBOA LEITÃO DE SOUZA
ADUFERPE	NICOLE LOUISE MACEDO TELES DE PONTES
ADUFERPE	UIRAN GEBARA DA SILVA
ADUFES	JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN
ADUFES	JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN
ADUFF	JOÃO ANTONIO TAVARES
ADUFF	SUSANA MARIA MAIA
ADUFMAT	CLARIANNA MARTINS BAICERE SILVA
ADUFMS	GABRIEL GUALHANONE NEMIROVSKY
ADUFOP	JOANA FERREIRA DO AMARAL
ADUFPA	MARCIO WAGNER BATISTA DOS SANTOS
ADUFPB	FERNANDO JOSÉ DE PAULA CUNHA
ADUFPEL	ELAINE DA SILVA NEVES
ADUFPEL	REGIANA BLANK WILLE
ADUFPI	MARLI CLEMENTINO GONÇALVES
ADUFRA	JOSÉ ITABIRICI DE SOUZA E SILVA JÚNIOR

ADUFRJ	MAYRA GOULART
ADUFRJ	NEDIR DO ESPÍRITO SANTO
ADUFS-SS	JOSEFA DE LISBOA SANTOS
ADUFS-SS	ANA CLAUDIA CAMPOS
ADUFU-SS	SIDINEY RUOCCO JUNIOR
ADUFU-SS	SILMA DO CARMO NUNES
ADUNB	ELIENE NOVAES ROCHA
ADUNB	MICHELLI PEREIRA DA COSTA
ADUNIR	AGRIPINO JOSÉ FREIRE DA FONSECA
ADUR-RJ	PATRICIA BASTOS DE AZEVEDO
ADUR-RJ	PATRICIA BASTOS DE AZEVEDO
APESJF-SSIND	LEONARDO SILVA ANDRADA
APROFURG	MARCIA UMPIERRE
APUBH	MARIA LUIZA GROSSI ARAÚJO
APUBH	MARIA ROSARIA BARBATO
APUFPR	JOSÉ MARCELO ROCHA ARANHA
ASPUV	CEZAR LUIZ DE MARI
SEDUFMS	ASCISIO DOS REIS PEREIRA
SESDUFT	FABIANO KENJI NOHAMA
SINDCEFET-MG	FABIO APARECIDO MARTINS BEZERRA
SINDUNIFESSPA	ARMANDO TAFNO

**ANEXO II**  
**INFORMES DAS SEÇÕES SINDICAIS NA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES DOS**  
**DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2023**

**ADUFES**

**Informes prestados por:** JUNIA CLAUDIA SANTANA DE MATTOS ZAIDAN

Informes ADUFES - Adufes participou da Primeira Marcha estadual das Mulheres Negras Capixabas em 28/07. - Campanha Revogação do NEM - por meio da articulação da Adufes com a Regional Leste, foram instalados outdoors em três pontos da Grande Vitória; - Campanha para comparecimento à Assembleia Geral de alteração do Regimento em agosto para garantir a realização de assembleias presenciais simultâneas nos campi do interior do ES; - Mesa do curso "A Universidade que queremos" do GTPFS e GTPE, com Heribaldo Maia e Alexandre Cunha, intitulada "Intensificação e precarização do trabalho, adoecimento da comunidade acadêmica e a formulação de políticas de saúde mental" dia 25/8, às 19h; - Adufes participa da coordenação do 29º Grito dos Excluídos; - Foi iniciado no dia 14 de agosto o Café com a Adufes nos Centros: mobilização pela Campanha Salarial e de Sindicalização, com panfletagem e distribuição de brindes aos não sindicalizados. - Iniciou-se em 15 de agosto atividade físico-funcional para docentes aposentados e em exercício - Iniciou-se em 14 de agosto a primeira intervenção do Núcleo de Processos de Trabalho e Produção de Saúde, criado pelo CR e aprovado pela Assembleia. Com cartazes sobre saúde, adoecimento e relações de/com o trabalho, docentes são convidados a registrar seus relatos para posterior realização de roda de conversa no sindicato.

**ADUFDOURADOS**

**Informes prestados por:** NOÊMIA DOS SANTOS PEREIRA MOURA

- 1- Março 2023 - Participação na construção coletiva do Protocolo de combate a violência contra as mulheres da UFGD; 2- Solicitação de empenho do ANDES, em parceria com a FASUBRA e outras entidades, para derrubar os decretos dos governos pós golpe 2016, que vetam a criação de cargos técnicos de nível médio para tradutor de libras nas IFES e de abertura de concursos, em apoio a política de acessibilidade das IFES; 3- Retomada

23

e reorganização da data de interstício das progressões e ascensões docentes na UFGD, que foram alteradas no governo anterior (maio/23); 4- Participação efetiva na Frente MS Revoga o NEM, liderada pela FETEMS; 5- Planejamento para criação do GT Carreira Docente no MS em parceria com a ADUFMS (agosto/setembro de 2023); 6- Criação do GT Mulher na ADUFDOURADOS (Marco/23); 7- Criação do FONASEFE MS, em parceria com a ADUFMS e as demais categorias de SPFs; 8- Participação no CONAD/23, com delegação de 4 pessoas, sendo duas da diretoria e duas da base; 9- implementação do adicional noturno nos contra-cheques docentes entre agosto e setembro/23; 10- Live sobre a Conjuntura Nacional e Campanha Salarial Nacional como atividade de mobilização docente em parceria com a ADUFMS e com a participação da ADURPR e ADUFRJ (10/08/23); 11- Encontro sobre o Arcabouço Fiscal em parceria com o SINTEF/UFGD e a ADUFMS; 12) Live sobre a conjuntura nacional e o arcabouço fiscal em parceria com a ADUFMS e o SINTEF/UFGD; 13) Assembleias para debate e acompanhamento da Campanha Nacional Salarial coordenada pelo FONASEFE (março a agosto/23);

## **ADUFPB**

### **Informes prestados por: CRISTIANO BONNEAU**

Nota de solidariedade da Diretoria da ADUFPB a Lena Leite Dias e Odara Moraes A Diretoria da ADUFPB vem, por meio desta, manifestar sua solidariedade a Lena Leite Dias, servidora da UFPB e militante do SINTESPB, que foi convocada a se apresentar hoje à Polícia Federal, por conta de sua posição política e contundente em favor da democracia na Universidade Federal da Paraíba e contra a intervenção sofrida pela instituição. Esta ação impetrada pela interventoria da UFPB consiste em mais um registro do momento crítico que atravessa nossa universidade, com a utilização do aparato de Estado para perseguição daqueles que não se conformam com a usurpação do poder e o solapamento da vivência democrática. Da mesma forma, manifestamos nossa solidariedade a Odara Moraes, dirigente do DCE e estudante de Psicologia desta universidade, que, também por sua atuação de resistência, sofre a mesma perseguição por parte da interventoria da UFPB. A história não será indiferente ao autoritarismo. 8 de agosto de 2023

-Estudantes ocupam reitoria para cobrar melhorias na assistência estudantil Estudantes da UFPB estão acampados no hall da reitoria, em João Pessoa, para protestar contra a precariedade da situação alimentar e do abastecimento de água na instituição. Nesta sexta-feira (11), data em que se comemora o Dia do Estudante, representantes do movimento irão protocolar, às 14h, na Secretaria dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior (Sods), uma carta-denúncia pontuando os problemas. A intenção é que esse documento vire pauta no Conselho Universitário (Consuni) e sejam deliberadas soluções. A ADUFPB está acompanhando a mobilização e, na manhã desta sexta-feira, solicitou uma reunião com representantes da reitoria para cobrar melhorias na assistência estudantil. Segundo o presidente do sindicato, professor Cristiano Bonneau, atualmente, a universidade paga R\$ 360 por mês em auxílio-alimentação para estudantes que não recebem auxílio-moradia e R\$ 540 para aqueles que têm auxílio-moradia. Os valores são estimados com base num preço médio de R\$ 9 por refeição, bem abaixo do que hoje os Restaurantes Universitários da UFPB cobram dos alunos que não têm auxílio. Antes da reforma, o RU do campus I cobrava R\$ 10,58 por refeição. Agora esse valor subiu para R\$ 14,40. Em Rio Tinto, o restaurante do campus cobra ainda mais caro: R\$ 16,99. “Tendo em vista a insuficiência desse valor, que está muito aquém do necessário para garantir a segurança alimentar adequada, é urgente uma rediscussão da Pnaes [Política Nacional de Assistência Estudantil] e da política de permanência na UFPB”, avalia o professor Cristiano Bonneau. A ocupação da reitoria começou no início da noite de ontem. No período da tarde, eles realizaram uma série de atividades no Centro de Vivência, com programação cultural, debates e roda de conversa. “A UFPB não está vivendo uma situação de normalidade. A nossa intenção é chamar a atenção e discutir o que está acontecendo aqui”, declarou o coordenador de Finanças e Patrimônio do Diretório Central dos Estudantes, João Victor Barbosa da Silva. Segundo ele, até mesmo a questão do abastecimento de água para consumo humano na universidade está precária. “Os bebedouros possuem água insalubre e isso é de conhecimento da gestão. A água da residência universitária foi testada e o resultado desse teste nunca foi divulgado”, revela. João Victor Barbosa cita ainda que os estudantes reclamam da qualidade das empresas que administram os restaurantes universitários. “É uma situação de conhecimento público. Há alguns meses, 20 alunos de Bananeiras chegaram a ser internados após comer no RU”, lembra. Ele destaca que a carta-denúncia dos estudantes é assinada não apenas pelo DCE,

mas por todas as representações estudantis da universidade e é, portanto, uma construção coletiva, baseada em pautas urgentes. ----- Assembleia Geral da ADUFPB aprova pauta remuneratória e indicativo de mobilização Em assembleia geral realizada na manhã desta terça-feira (15), professoras e professores dos campi de João Pessoa e Litoral Norte da UFPB debateram a atual conjuntura política e a campanha salarial dos servidores públicos federais. O encontro aconteceu no Centro de Vivência do campus I, em João Pessoa, e indicou o caminho que o sindicato deve tomar na luta pela reposição de perdas salariais, entre outros temas. A pauta remuneratória foi a primeira a ser debatida. Ao final, a AG aprovou a aplicação do índice de 39% mais perdas inflacionárias na recomposição salarial da categoria docente — podendo ser pago em quatro parcelas, a partir de 1º de janeiro de 2024. O segundo encaminhamento referiu-se à revogação das medidas que atacam os serviços públicos e os direitos da classe trabalhadora. Já o terceiro apontou para um indicativo de mobilização. “Essa assembleia indicou a posição que defenderemos na reunião do Setor das Federais, em Brasília, no próximo final de semana”, disse professor Cristiano Bonneau, presidente da ADUFPB. A assembleia também aprovou as pautas do Grupo de Trabalho Carreira e do Grupo de Trabalho Segurança Social e Assuntos de Aposentadoria: 1) paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; 2) estudo sobre as perdas salariais a partir dos vencimentos básicos em outras épocas — e considerando também a relação com outras categorias; e 3) caso haja reestruturação da carreira, que se contemple o reenquadramento de aposentados. A assembleia dessa terça foi o encerramento de uma rodada de reuniões da categoria iniciada na semana passada pela ADUFPB. As primeiras ocorreram nos campi das cidades de Areia e Bananeiras, na última quarta-feira (10). Negociação — Diante da falta de resultados efetivos da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), o ANDES-SN convocou as seções sindicais a realizarem, entre 11 e 17 deste mês, assembleias gerais para construir o processo de mobilização e pressionar o governo pelo avanço na negociação da recomposição salarial. “Tivemos um dos maiores quóruns das seções sindicais do ANDES-SN, resultado de um esforço de nossa diretoria e da mobilização da categoria”, disse Cristiano Bonneau. A reunião nacional acontece nos próximos dias 19 e 20. Na última quinta-feira (10), durante a rodada de negociação salarial, o compromisso de definir um índice para recomposição salarial, assumido pelo governo federal na primeira semana de agosto, não se concretizou. Sob o argumento de que, sem a aprovação



do novo Arcabouço Fiscal, não existe margem orçamentária, o governo protelou oficialmente a discussão da pauta salarial. Fonte: Ascom ADUFPB - 15 de agosto de 2023

## **ADUFPEL**

**Informes prestados por:** ELAINE DA SILVA NEVES

Informes da ADUFPEL para a reunião de setor dos dias 19 e 20/08

1. Assumimos a diretoria da ADUFPEL, gestão 2023-2025 em junho, dando continuidade a uma negociação difícil com a Unimed;
2. Participamos do Seminário Nacional sobre Reorganização da Classe Trabalhadora, em Mossoró, em 17 e 18/06 e também do Conad em Campina Grande, 14 a 16/07.
3. Participamos das mobilizações em BSB nos dias 09 e 10/08;
4. Participamos do ato em Porto Alegre no dia 10/08;
5. Realizamos no dia 08/08, a transmissão da Plenária do Fonasefe, às 18, como forma de tentar a mobilização junto aos docentes.
6. Realizamos no dia 16/08, duas assembleias. A primeira para trazer os encaminhamentos para a reunião de setor e uma segunda com mudança estatutária, trocando o endereço da sede.
7. Realizaremos no dia 23/08 uma reunião do GTPE, às 18h, com a seguinte pauta: 1. Informes; 2. Avaliação do calendário; 3. Inovação e empreendedorismo: efeitos na Universidade; 4. Outros assuntos.
8. O GTSSA realizará também no dia 23/08, às 16h, um Café com Aposentados, para uma aproximação com os mesmos.
9. No dia 26/08, participaremos da Reunião da Regional Rio Grande do Sul. Encaminhamentos da Assembleia realizada no dia 16/08. Continuar a campanha salarial com recuperação imediata das perdas, independente de prazos, através de mídias e junto aos deputados, com forte protagonismo do Andes dentro do FONASEFE. Continuar a luta pela abertura das mesas setoriais, principalmente no que se refere a reestruturação da carreira; Radicalidade nos atos, com ocupação da frente da câmara de deputados; Pensar em uma campanha que dê visibilidade; Dia de paralisação com fechamento das entradas das Universidades, com perspectiva de greve; Lutar contra os cortes orçamentários em Educação e

saúde; Revogação: NEM, arcabouço fiscal, reforma administrativa e PGD. 3. Quanto à Reforma do Ensino Médio foram aprovados o seguinte encaminhamento: revogação dos Pls que trazem a reforma do Ensino Médio ( PI 2601).

## **SINDOIF**

**Informes prestados por:** ANDRÉ MARTINS

Realizamos assembleia geral docente em 15/08, atendendo a convocação do ANDES-SN para avaliar o cenário referente a campanha salarial 2024. Segue uma breve memória da assembleia com os principais encaminhamentos. No início da assembleia foi relatada a atividade conjunta ocorrida em 10 de agosto de 2023, na Faced/UFRGS, como parte do Dia Nacional de Luta convocado pelo ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe. Sobre a reunião da mesa nacional de negociação permanente que ocorreu em Brasília/DF, na mesma data, foi apontado que não houve qualquer avanço com o governo tanto no que se refere a um índice de recomposição salarial quanto em relação a data de abertura da mesa específica de negociação da carreira docente. No ponto sobre campanha salarial e pauta de reivindicações docentes, as e os presentes debateram dois temas centrais: 1) a luta pela revogação da Portaria MEC nº 983/2020 e da Resolução IFRS nº 067/2022; 2) a luta e mobilização da campanha salarial 2024 . Após debate sobre a resolução de encargos didáticos no IFRS (resolução 67/2022), houve consenso nos seguintes encaminhamentos: a) que a Seção Sindical realize junto ao ANDES-SN e ao Sinasefe um levantamento dos institutos federais que possuem normas internas baseadas na Portaria MEC 983/2020; b) que a Diretoria da Seção Sindical elabore, em conjunto com a assessoria jurídica, um requerimento administrativo para encaminhar ao Conselho Superior do IFRS, apontando as ilegalidades da Resolução 67/22 e solicitando sua revogação ou, alternativamente, a alteração do texto para retirada dos pontos que colidem com legislação superior. A Diretoria da Seção deverá viabilizar o encaminhamento do requerimento administrativo de forma a propiciar o debate no Conselho Superior antes do início da vigência da Resolução 67/22, previsto para 02 de janeiro de 2024. No que se refere a campanha salarial, tendo em vista a necessidade da definição de um índice de recomposição salarial em tempo de inserir tal

previsão na LOA 2024, foram definidos os seguintes encaminhamentos que serão informados à reunião do Setor das Federais do ANDES-SN prevista para ocorrer em 19 e 20 de agosto: a) estabelecer Estado de Assembleia Permanente no SINDOIF, informando a Reitoria do IFRS, como forma de viabilizar maior agilidade na convocação da base para debater o tema da campanha salarial 2024 e da pauta de negociação da carreira docente; b) indicar ao ANDES-SN a construção de mobilização nacional permanente, em conjunto com o Fonasefe e demais organizações sindicais, estabelecendo um Comando Nacional de Mobilização (CNM) em Brasília/DF, usando recursos do Fundo Único de acordo com as definições congressuais de nosso sindicato nacional, durante o período necessário à negociação da campanha salarial e de acordo com avaliação continuada do Setor das Federais do ANDES-SN; c) definir que as professoras e os professores do SINDOIF devem ajudar a compor, sempre que possível, o Comando Nacional de Mobilização em Brasília/DF.

## **SEDUFMS**

### **Informes prestados por: ASCISIO DOS REIS PEREIRA**

A SEDUFMS realizou assembleia dos docentes no dia 16/08/2023, às 13h30 em primeira chamada e 14h segunda chamada, com a participação do professor Mário Mariano Ruiz Cardoso, 1º Vice-presidente Regional Leste do Andes-Sindicato Nacional. Inicialmente foram apresentados informes de ações locais, como a semana de acolhimento junto aos professores/as no campus sede e em Palmeira Das Missões e Frederico Westphalen, cuja pauta versou sobre campanha salarial, a minuta de resolução de encargos docentes e a minuta de resolução que altera os critérios para a promoção e progressão docente (ambas propostas pela reitoria da UFSM). Sobre a segunda minuta, relatou-se sobre a retirada da pauta por parte da reitoria da UFSM, com a suspensão do calendário de discussão da mesma junto aos centros de ensino e campi, o que foi avaliado como uma conquista da categoria frente à ampla rejeição junto aos/às docentes, contribuição importante promovida pela SEDUFMS. Após o debate em assembleia entre os participantes sobre a pauta salarial, foram APROVADAS por unanimidade as seguintes ações: a) exigir do governo a apresentação imediata de uma contraproposta ao índice de reposição salarial proposto pelo FONASEFE para que a negociação avance; b) que o ANDES-

SN organize junto ao FONASEFE jornadas de mobilização e luta pela pauta salarial em Brasília/DF, chamando as seções sindicais para enviarem representações; c) defesa dos serviços públicos; d) discutir proposta salarial específica da categoria; e) discutir o plano de carreira docente; f) tratar aposentados e ativos como iguais no reajuste. Como ações locais definiu-se: a) que a SEDUFMS realize uma campanha de comunicação com foco na campanha salarial 2024; b) que a SEDUFMS realize passadas nos centros de ensino do campus sede e ida aos campi de FW, PM e CS para pautar junto à categoria a campanha salarial 2024; c) que a SEDUFMS assegure a participação de representação(ões) (diretoria e base) nas jornadas de mobilização e luta pela pauta salarial em Brasília/DF. Destaca-se que foi retirada da lista de ações por unanimidade a proposta de reposição salarial apresentada pelo FONASEFE para que a mesma seja estudada por um grupo de trabalho local; bem como, foi destacado por maioria dos/as presentes a não aceitação da incorporação de auxílios na negociação, apenas salários. Foi encaminhado a formação de um grupo de trabalho que possa conhecer e amadurecer uma proposta de índice de reposição salarial a ser apresentada em assembleia para a categoria tão logo seja efetivada.

## **SSIND DO ANDES NA UFRGS**

**Informes prestados por: MARIA CECI MISOCZKY**

AG realizada no dia 9 de agosto, deliberação: . A assembleia ratificou a manutenção dos pontos da pauta geral, a necessidade de articulação e mobilização da categoria e da unidade dos trabalhadores da educação, o revogaço e aprovou a reivindicação de reposição salarial em sua totalidade e não parcelada.

## **ADUFOP**

**Informes prestados por: LARISSA LANA**

Assembleia Geral da ADUFOP aprova intensificação das mobilizações locais e nacionais pela campanha salarial 2024 e em defesa da educação pública - Em assembleia realizada na última terça-feira, dia 15 de agosto, no Auditório da Escola de

Farmácia, no campus do Morro do Cruzeiro em Ouro Preto, as/os docentes da UFOP aprovaram por unanimidade intensificar as mobilizações locais e nacionais para a campanha salarial de 2024 e em defesa da educação pública. Além disso, aprovaram a reafirmação dos GTs existentes na ADUFOP e a instituição do GT Seguridade Social / Assuntos de Aposentadoria (GTSSA).

Link: <https://www.adufop.org.br/post/assembleia-geral-adufop-aprova-intensifica%C3%A7%C3%A3o-das-mobiliza%C3%A7%C3%B5es-pela-campanha-salarial>

ADUFOP realiza Debate "Novo Ensino Médio: quais as consequências para o ensino superior?" com Virgínia Fontes, historiadora com doutorado em Filosofia Política, em 8 de agosto.

Link: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1021078652337752&type=3>

ADUFOP participa da I Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular na UFOP, entre os dias 9 e 11 de agosto.

Link: <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1022388598873424&type=3>

## **SINDCEFET-MG**

### **Informes prestados por: ADELSON FERNANDES MOREIRA**

Realizamos Assembleia em 16/08, presencial em BH, com transmissão via zoom, com equipamento de videoconferência, para as demais unidades do CEFET-MG. A Assembleia contou com 12 participantes, não obstante a chamada feita nos últimos 10 dias por meio dos canais de comunicação da Seção Sindical e de panfletagem no dia 10/08, realizada em BH e com orientação de realização nas demais unidades pelos representantes, diretores e membros do Conselho Deliberativo que atuam fora de BH. No auditório, apenas 2 presenças, incluindo o presidente da Seção, responsável pela condução da Assembleia. Os demais, com participação remota, incluindo docentes de BH.

Deliberações:

Reforçar o processo de mobilização em Brasília, a partir de 21/08, nos moldes do que foi feito na luta pelo arquivamento da PEC 32, de modo a enviar, pelo menos, um representante por Seção Sindical, com custeio pelo Andes.

Ampliar o número de participantes da comissão nacional de mobilização.

Realizar uma rodada de reuniões nos departamentos para tratar da campanha salarial e de pautas locais a serem definidas na Assembleia de 23/08.

Realizar panfletagem em todas as unidades, atualizando as informações sobre a campanha salarial.

Recomendação:

Na medida em que houve tempo disponível, com base nas discussões realizadas com o Conselho de Representantes, a Diretoria do SINDCEFET-MG propôs que a pauta local prioritária, nesse momento, fosse o processo, em curso, de revisão da Norma de Avaliação e Atribuição de Encargos Didáticos Acadêmicos (Resolução CEPE 16/11). A Assembleia aprovou por unanimidade com a recomendação de que fosse enviado para os Departamentos a ‘Proposta de referências do movimento docente para a revisão da Norma de Avaliação e Distribuição de Encargos Didáticos e Acadêmicos’, sistematizada a partir de discussões realizadas no Conselho de Representantes. Essa proposta será o ponto de partida para a discussão sobre a Resolução CEPE 16/11, na Assembleia de 23/08, combinada à pauta da campanha salarial.

**ADUFU**

**Informes prestados por: FERNANDO DE BARROS LIMA**



- Propostas envolvendo a Campanha Salarial:
  - 1) Construir o debate sobre a Mesa de Negociação, incluindo:
    - a) Qual o índice se reivindicará? (o divulgado em notícia de 14 de julho?)
    - b) O índice será baseado em quais cálculos? (DIEESE, Dólar
- Sobre Lutas Gerais:
  - 2) Revogação imediato do teto de gastos fazendo pressão ao Congresso;
  - 3) Arquivamento da PEC 32 (que acaba com os serviços públicos) fazendo pressão ao Congresso;
  - 4) Taxação das grandes fortunas, fazendo pressão ao Congresso;
- Instigar:
  - 5) GT Carreiras local e nacional;
  - 6) Revogação do novo ensino médio.

## **ADUA**

**Informes prestados por:** ANA CLÁUDIA FERNANDES NOGUEIRA

Informe Adua Assembleia Geral ADUA híbrida, ocorrida em 17/08/2023, com a participação de 23 docentes. Encaminhamentos da assembleia considerando a campanha salarial 2024: Em âmbito local, pressionar deputados(as) e senadores(as) do Amazonas via e-mails e mídias sociais, e propor ao ANDES-SN visitas aos gabinetes dos(as) parlamentares com a convocação do Comando Nacional de Mobilização (CNM), em ação conjunta com Fonasefe e Fonacate; assim como realizar manifestação em frente ao MEC, em Brasília (DF), e solicitar audiência direta com o ministro, por negociação, já; realização de intervenções públicas em outubro, mês de aniversário da ADUA. Em âmbito nacional ações de mobilização locais como elaborar materiais (panfletos, cards, matérias etc.) sobre as perdas dos(as) SPFs, a proposta de reajuste emergencial e de reposição de perdas históricas, e visitas às unidades acadêmicas para panfletagem e sensibilização da categoria; realização de uma Plenária Conjunta com Fonasefe e Fonacate, finalizando com um ato público em frente a Congresso Nacional; recomposição ou criação dos fóruns estaduais em defesa dos Serviços Públicos, como forma de potencializar a luta realizada nacionalmente pelo Fonasefe e Fonacate; e construção de atos públicos

unificados nos estados. Todas essas propostas da Diretoria da ADUA foram aprovadas por unanimidade na AG; solicitar ao Grupo de Trabalho de Verbas (GT Verbas) do ANDES-SN estudos para fundamentar o índice de reajuste reclamado e a necessidade de recomposição dos orçamentos das Ifes; reforço das lutas pela democracia e contra o golpismo em conjunto com outros movimentos sociais; chamado a atenção ao esvaziamento das universidades. Os e as docentes participantes da Assembleia também aprovaram de maneira unânime a publicação de uma nota da ADUA em repúdio a mais um contingenciamento de verbas para as universidades federais. Em julho deste ano, o governo Lula anunciou um corte de R\$ 333 milhões do orçamento discricionário da Educação. Na nota, a ADUA exige que o governo efetue imediatamente o descontingenciamento das verbas e que a LOA 2024 garanta verbas para a reposição salarial dos(as) SPFs, a reestruturação das carreiras e o funcionamento das instituições federais de ensino. Leia a nota completa abaixo. As professoras e os professores presentes em Assembleia Geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA) – Seção Sindical do ANDES-SN –, realizada em 17 de agosto de 2023, expressam publicamente repúdio à atitude do governo federal em contingenciar verbas destinadas para várias sociais, em especial, a Educação com o bloqueio de R\$ 333 milhões para o próximo período, conforme o Decreto Presidencial nº 11.621, de 28 de julho de 2023. Com isso, vislumbramos um agravamento dos problemas enfrentados pelas instituições federais de ensino, resultantes dos cortes efetuados na pasta da Educação por sucessivos governos, em especial os ocorridos nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro. Exigimos que o atual governo proceda ao imediato descontingenciamento das verbas e que a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2024 garanta verbas suficientes para a reposição salarial dos servidores(as), para a reestruturação das carreiras e para o funcionamento das instituições federais de ensino. A Adua ressaltou ainda seu repúdio a presença da polícia federal na Universidade Federal do Amazonas no dia 10/08/2023, e participou de ato de ocupação do prédio da reitoria realizado no dia 11/08/2023. A Adua apoiara com logística o 42º. Encontro das Seções Sindicais Regional Norte 1 que ocorrerá em Boa Vista nos dias 29 e 30/09/2023.

## **ADUFERPE**

**Informes prestados por: NICOLE PONTES**

Assembleia realizada em 17 de agosto com pauta Campanha Salarial Encaminhamentos aprovados: Posicionamento pela Revogação imediata da EC-95; Arquivamento definitivo da PEC-32 e organização de ações nacionais contra a PEC-32; Apoio ao Revogação de todas as medidas destrutivas feitas a partir do governo Temer; Apoio a proposta aprovada em CONAD de índice de 31,4% para ser aprovada na MNPN; Abertura das mesas setoriais para tratar de elementos relativos a carreira da categoria;

## **ADUFMAT**

### **Informes prestados por: CLARIANNA MARTINS**

Diante do avanço do fascismo na América do Sul o Andes precisa fomentar espaços de formação sobre contexto de risco, plano de proteção e rede de proteção popular a vida dos defensores e defensoras dos direitos humanos.

Com relação a carreira: A atual Reitoria da UFMT é ocupada por um processo de golpe, sendo esta a primeira reconhecida pelo Bolsonaro. Este fato, por si já mostra o alinhamento político de ambos. Como estratégia, a reitoria aparelhou os conselhos universitários, DCE e sindicato dos técnicos. Os conselhos seguem se reunindo remotamente o que era o estado de exceção virou regra para esvaziar as pautas. Atualmente, o conselho aprovou o Fracionamento das férias em 3 parcelas, mesmo que ferindo a lei.

Com relação aos encargos, na UFMT a reitoria limita o preenchimento das atividades que podem ser contabilizadas obrigando os professores a invisibilizar o seu sobretrabalho. Só é contabilizada no maximo 2 orientações de cada natureza, como por exemplo, 2 orientações de monitoria, 2 de TCC. Portanto, se você orientar 3 monografias, uma é considerada brinde. O professor que fizer 40 horas de encargos não, necessariamente, consegue progredir. Progressão funcional desacoplada dos encargos de modo que o professor que faz 40 horas de encargos sem atividades extras tem dificuldade para progredir.

Outro aspecto que ocorre na maioria das universidades federais refere-se aos professores que têm redução de jornada, licença maternidade, licença por adoção, reenquadramento funcional e atividade sindical e não conseguem progredir no interstício de 2 anos. O Andes precisa colocar isso no horizonte dos debates. Por fim, o afastamento para capacitação ficou prejudicado pela precarização da universidade e falta de recursos humanos, inviabilizando o docente de usufruir de um direito legal.

## **APROFURG**

**Informes prestados por: MARCIA UMPIERRE**

Estamos lançando a campanha de sindicalização da aprofurg com materiais de divulgação via redes sociais.

Estamos atuando na retomada dos GTs locais tendo alguns GTs com reuniões já realizadas, e outros já agendadas, o que tem propiciados que mais colegas venham participar das atividades do sindicato.

A Furg estava em recesso, retornando as aulas no dia 16/08, por esse motivo as atividades do da semana de lutas e do dia 10/08 foram prejudicadas, porém, conseguimos ter a participação do professor Cristiano Engelke na semana de lutas em Brasília nos representando. Estamos acompanhando a situação da contratação de plano de saúde por parte da universidade, visto que o contrato vigente vai até o dia 30/09, que tem deixado a categoria um tanto preocupada.

Outro ponto importante é a discussão sobre encargos docentes na FURG, visto que a gestão está iniciando essa discussão, sendo assim, apresentamos em assembleia e deliberamos que vamos ouvir o que a universidade vai propor, e inicialmente participar da comissão, mas o nosso entendimento é que de a universidade já tem meios de fazer o controle docente, por meio do sistema FURG, e que a realização de um planejamento e comprovação das atividades realizadas, é mais uma forma de controle e burocracia. Vamos fazer ainda reuniões nas unidades acadêmicas para dialogar com os colegas diretamente nos seus locais de trabalho. Realizamos uma assembleia no dia 17/08 e deliberamos referendar as ações tomadas pela direção nacional do Andes-SN por meio do FONASEFE com relação a campanha salarial e a

mesa de negociação.  
Ressaltou-se ainda a necessidade de mobilização da categoria, bem como pensam em um dia de mobilização e paralisação antes do dia 31/08.

## **ADUFU**

### **Informes prestados por: SIDINEY RUOCCO JUNIOR**

- 1) Construir o debate sobre a Mesa de Negociação, incluindo:
  - a) Qual o índice se reivindicará? (o divulgado em notícia de 14 de julho?)
  - b) O índice será baseado em quais cálculos? (DIEESE, Dólar

- Sobre Lutas Gerais:

- 2) Revogação imediato do teto de gastos fazendo pressão ao Congresso;
- 3) Arquivamento da PEC 32 (que acaba com os serviços públicos) fazendo pressão ao Congresso;
- 4) Taxação das grandes fortunas, fazendo pressão ao Congresso;

- Instigar:

- 5) GT Carreiras local e nacional;
- 6) Revogação do novo ensino médio.

Eventos:

Construção do Grito do/as Excluídos/as, que ocorrerá em 7 de setembro.  
Realização da palestra na UFU: ASSÉDIO MORAL E ASSÉDIO SEXUAL NO AMBIENTE DE TRABALHO E SEUS ASPECTOS DISCIPLINARES NO SERVIÇO PÚBLICO, com procuradora de SP, Margarete Pedrosa.

## **SESDUFT**

### **Informes prestados por: FABIANO KENJI NOHAMA**

A Assembleia Geral foi realizada no dia 16 de Agosto. Sobre a negociação de reajuste, a posição na assembleia foi para que o ANDES-SN já apresente sua exigência no índice de reajuste na próxima reunião, sem ter que aguardar a proposta de governo.

## **ADUFF**

### **Informes prestados por: SUSANA MARIA MAIA**

Realizamos o debate da Conjuntura e Campanha Salarial no Conselho de Representantes da ADUFF no dia 14 de agosto e na Assembleia Geral realizada no dia 16 de agosto. Enquanto informes gerais, destacamos: 1) realização do primeiro Ato Unificado de Servidores Públicos e Estudantes no dia 10/08 vinculado ao Dia Nacional de Lutas da Campanha Salarial com pauta pela Defesa da Educação e Revogação do ENEM; 2) Participação da ADUFF na Plenária Estadual pelo fim da violência racista da polícia para construção do ato estadual em sintonia com o Dia Nacional de Lutas dos Movimentos Negros pelo fim da violência racista da polícia, no próximo dia 24/08. 3) Realizaremos no mês de setembro uma edição do Sindicato Itinerante, onde visitaremos institutos e campi fora de Sede como ação de acolhimento do semestre, sensibilizando para sindicalização e mobilizando para a Campanha Salarial e discussão das condições de trabalho na universidade. 4) Realizamos em julho o I Encontro de Mulheres da UFF com participação de professoras, estudantes e técnicas, onde fizemos o debate sobre feminismo de classe e feminismo negro, espaço de partilhas e trocas, oficinas e mesa de debate sobre ativismo das mulheres em sindicatos e movimentos sociais. Necessidade de discutir sobre machismo e racismo na universidade, com ênfase na discussão sobre assédio moral e sexual.

Em relação ao debate da Campanha Salarial tiramos os encaminhamentos para o ANDES-SN e Ações de Mobilização local. Para reunião do Setor: i. Referendar a proposta do Fonasefe para a MNNP. Defesa de que não recuemos do percentual apresentado pelo Fonasefe que representa o conjunto de perdas que tivemos ao longo desses anos; ii. Construir um processo permanente de mobilização em âmbito nacional envolvendo o conjunto dos servidores; iii. Inserir nas mesas setoriais: a questão da progressão/promoção funcional quanto a data de ingresso; perda de progressões no caso de



novo concurso público (direito ao reposicionamento quanto às progressões. Há uma decisão tomada no âmbito do STJ que vai contra esse direito, é preciso pressionar pela consideração por parte do STJ); demanda da carreira EBTT no que tange a abertura de concurso para colégios de aplicação e colégios de educação infantil; debate da curricularização da extensão associado à questão orçamentária e de infraestrutura das universidades; iv. Ampliar o debate acerca da disparidade da recomposição salarial: fazer um esforço para tornar visível nossas perdas para o conjunto da categoria. Propor a elaboração de um material escrito com números, tabelas para ser trabalhado no processo de sensibilização/mobilização.

Atividades de Mobilização local: i. Para além do percentual, precisamos pautar outras questões como a diferença salarial dentro da própria categoria que incide no perfil do docente, na precarização do trabalho, na entrada de iniciativa privada no âmbito da Universidade, no adoecimento do(a) professor (a). ii. Construir um processo de construção da mobilização com muito cuidado e atenção às particularidades dos perfis docentes. Para os novos docentes precisamos demonstrar que nossas condições poderiam estar melhores, mostrar as perdas na carreira como por exemplo em relação à questão previdenciária, dificuldades no financiamento e estrutura para a pesquisa universitária. iii. Trabalhar com textos que debatam de forma mais profunda sobre as questões, considerando o conjunto de perdas e de riscos vigentes; iv. Centrar forças no retorno do semestre com o mote da campanha “quem tem sindicato não está sozinho”, além dos 45 anos da ADUFF. v. Tratar também de pautas internas, como a apresentação do orçamento da universidade; vi. Elaboração de um documento para discussão do salário e das desigualdades (com o cuidado para não criar uma situação de fragmentação no interior da categoria e a noção de “privilégios” entre nós); vii. Articular o conjunto de estratégias como forma de mobilização da categoria a partir do que já temos de indicativo de atividades para o semestre, como o Sindicato Itinerante em setembro, evento de lançamento de produções acadêmicas e culturais de docentes na ADUFF, articulação com SINTUFF e DCE para solicitação de audiência com o reitor, realização das atividades mensais organizadas pelos GTs locais (Os Gts que estão articulados são GTPE, GTSSA, GTPFS, GTHMD, GTPEGDS, GTPAUA).

## **ADUFPA**

### **Informes prestados por: MÁRCIO WAGNER**

A ADUFPA propõe ao Sindicato Nacional a realização de uma campanha nacional que reflita sobre a desigualdade nas carreiras e no orçamento dos servidores/as públicos federais e dos Ministérios, a exemplo da Defesa, Educação e Saúde. O sindicato também irá promover o debate sobre a Auditoria Cidadã da Dívida Pública e os investimentos nos serviços públicos.

Os GT's estão sendo organizados e colocados em funcionamento tais como GTPFS, GTPE, GT Carreira, GTCeT.

ADUFPA tem participado, junto aos estudantes, das mobilizações contra o 'Novo Ensino Médio'

## **ADUFERPE**

### **Informes prestados por: NICOLE PONTES**

Marcha das margaridas - realização de mesa de preparação com presença da FETAPE na Aduferpe dia 08 de agosto e presença em BSB de duas diretoras em BSB.

Atividades junto ao movimento estudantil sobre o Assedio nas Universidades campus Serra talhada 10 e 14 d3 Agosto.

Mesa REVOGA NEM (une, uep, aduferpe e cnte) já aconteceu em Recife / levar pra os demais campi em outubro.

Assembleia com pauta da campanha salarial:  
-Manter negociações na mesa até o final e Negociar indice de 31,4% .  
- Centrar fogo no Lira e a pec 32 para nos fortalecer na própria mesa de negociação.  
- Derrubar o teto de gastos e fortalecer ações nesse sentido.

- Pautas não remuneratórias (mesas setoriais)

## **ADUFAL**

**Informes prestados por:** SANDRA LÚCIA DOS SANTOS LIRA VICE-PRESIDENTE

<http://adufal.org.br/Conteudo/31444> Encaminhamentos da Assembleia de 16/08/23 estão neste link

## **ADUNIR**

**Informes prestados por:** AGRIPINO JOSÉ FREIRE DA FONSÊCA

A assembleia da ADUNIR foi realizada em 17 de agosto de 2023. Em relação às negociações sobre a recomposição salarial a assembleia após debater sobre a mesa de negociação de 10 de agosto, aprovou por unanimidade que devemos seguir a luta com grande mobilização para pressionar o governo. Decidiu-se o que segue

- 1- Articular-se às demais entidades sindicais de servidores federais do estado para organizar mobilizações, manifestações e atos que pressionem o governo a atender nossa proposta de recomposição salarial;
- 2- Pressionar os parlamentares do estado, fazer visitas em seus escritórios, no aeroporto, etc.
- 3- Levar a situação para a imprensa local, mostrando à sociedade que o governo está agindo com descaso em relação à proposta apresentada pelos servidores.

Na UNIR temos um grave problema relacionado à anulação das progressões. Os professores foram “desprogredidos” perdendo vários anos de trabalho e tendo seu salário reduzido. Essa tem sido a principal luta da ADUNIR. No mês de julho a presidente e dois associados estiveram em reunião com a secretária do ensino Superior, Professora Denise, para discutir a situação das progressões na UNIR. Se encaminhou o seguinte: A Adunir deveria encaminhar a lista de professores prejudicados (cerca de 300) com as portarias e despachos negando e anulando progressões já concedidas; A SESU irá realizar reuniões com a participação do ministério da gestão (SIPEC) para discutir as providências a serem tomadas para corrigir o brutal erro

cometido pela reitoria da UNIR. A AGU já havia enviado orientações à Reitoria em abril, orientando pela correção das anulações de progressões e até agora nada foi feito pela reitoria. Na assembleia desse dia 17 foi aprovado estado de greve (se até o final do semestre, em outubro, a situação não estiver resolvida, vamos fazer greve). No próximo dia 22 próximo faremos uma manifestação numa sessão presencial do CONSUN. A reitora tem anunciado que vai pedir a renúncia. A UNIR vive uma situação de instabilidade. Permanece sendo uma gestão bolsonarista. (pode explicar rapidamente a situação). No dia 11, dia de luta pela revogação do Novo Ensino Médio, a Adunir participou de mobilizações com os estudantes e de seminário para discutir a nova proposta do governo de reformulação do Novo ensino médio. Estamos fazendo uma campanha de filiação. Estamos voltando a sede administrativa para o campus

Em 8 de outubro faremos o aniversário de 40 anos da ADUNIR e estamos recuperando sua memória histórica por meio de relatos, fotos, etc.

## **ASPUV**

### **Informes prestados por: CEZAR LUIZ DE MARI**

Chamado para AGE no dia 17/08/23, 16h, no formato híbrido, porém não houve quórum. Tivemos em torno de 30 sindicalizados somando os três campus (Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba);

1. Fizemos uma rodada de conversa com os presentes que fizeram as seguintes sugestões ao setor das IFES: a. Manter as pressões sobre o governo para que apresente um índice respondendo a proposta de reposição protocolada pelo FONASEFE em 11 de julho; b. Instalação da Mesa Específica da Carreira Docente para avançar na negociação desta temática; c. Mobilizações locais e nacionais em função da campanha salarial antes do fechamento da votação da LOA e do "Arcabouço Fiscal" em 31 de agosto de 2023; d. Em relação a divisão em 3x de 11,84% + inflação, do índice de perdas totais de 39,82%, houve a compreensão de parte dos sindicalizados que pode sinalizar ao governo certa fraqueza na negociação; e. Estratégia de comunicação com a base e com a comunidade incluindo um "perdômetro", demonstrando as

perdas nas circulações monetárias locais e/ou regionais; reativação da metodologia de mobilização utilizada no período de campanha contra a PEC 32;

1. Realizamos em junho uma live sobre Novo Ensino Médio - NEM; a ASPUV S Sind está acompanhando os comitês em nível local, regional e nacional; discussões sobre as razões da UFV ainda não ter implementado a legislação sobre os Concursos públicos com cotas, objeto da Lei 12.990/2014 e da ADC 41 ED/DF do STF de 12/04/2018;
2. Para 01 de setembro está previsto evento de discussão sobre o racismo organizada por grupo de pesquisa e extensão em parceria com a ASPUV; discussão sobre a criação do Grupo de Políticas de Classe para questões Etnicoraciais e de Gênero e Diversidade Sexual GTPCEGDS;
3. Previsão para o segundo semestre a realização de evento sobre a Previdência; discussão sobre a criação do Grupo de Trabalho de Seguridade Social/ Assuntos de Aposentadorias;
4. Visita nos campus de Rio Paranaíba e em Florestal nos dias 28 e 29 de agosto. Objetivo é dar continuidade às comemorações dos 60 anos da ASPUV S Sind e discussões com as categorias destes campus sobre a conjuntura nacional, assessoria jurídica e campanha salarial, dentre outros;

## **ADUFC**

### **Informes prestados por: SONIA PEREIRA**

foi aprovada por conselheiros/as uma agenda de mobilizações da ADUFC para reforçar a Campanha Salarial dos Servidores Públicos Federais. São encaminhamentos da reunião de ontem (17) a adesão à proposta de 39,92% parcelada em três anos; aumentar a presença visual da campanha salarial (mais material e envio de vídeo a ser exibido nas reuniões de departamento, por exemplo); ampliar a presença da ADUFC nas agendas nacionais do ANDES-SN em Brasília; incluir a reforma administrativa no âmbito da campanha salarial; e promover mesas e debates sobre o tema.

A Prof<sup>ª</sup>. Irenísia Oliveira fez uma explanação sobre as negociações das categorias junto ao governo na Mesa Nacional de Negociação Permanente, lembrando que não houve avanços importantes até o momento. As entidades sindicais reivindicam o reajuste salarial por grupos.

São dois blocos de servidores – o que inclui docentes federais pede um índice de 39,92% parcelado em três anos (2024, 2025 e 2026) mais a inflação corrente. “É uma demonstração de trégua e boa vontade com o governo apresentar uma proposta razoável e já prevendo o parcelamento em três anos”, avalia a presidenta da ADUFC. Docentes e servidores técnico-administrativos da Educação (TAEs) promoveram nesta quinta-feira (10) ato político-cultural no Bosque Moreira Campos da UFC (Centro de Humanidades 1) para reivindicar recomposição salarial e equiparação de benefícios para servidores/as públicos/as federais. A atividade, puxada conjuntamente por ADUFC e SINTUFCE, compôs o Dia Nacional de Lutas articulado pelo Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe). A mobilização pressiona pelo avanço das negociações da mesa permanente de diálogo entre governo e centrais sindicais, que se reuniu neste 10 de agosto. Além da plenária com falas de professores/as e TAEs, a agenda foi animada pelo Caldeirão, grupo de batuque da ADUFC, e pelo som da Banda Renegados. Também houve um sorteio de livros para os participantes.

A presidenta da ADUFC, Prof<sup>a</sup>. Irenísia Oliveira, deu um informe sobre o andamento da Campanha Salarial 2024, apontando o índice reivindicado pelo bloco de servidores/as que inclui docentes federais: 39,92% parcelado em três anos (2024, 2025 e 2026) mais a inflação do período. “A nossa luta é para que as negociações avancem e o reajuste possa ser previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias do próximo ano (que deve ser votada até 31/8)”, destacou, lembrando ser urgente uma recomposição para reduzir a defasagem nos salários dos/as professores/as. “A proposta é bastante realista – e considera a crise econômica – para que possamos retomar o poder de compra de 2010”, enfatizou.

Também foi ressaltada na plenária a postura nefasta do Congresso Nacional e a necessidade de enfrentar essa estrutura parlamentar ultraliberal e sem compromisso com os direitos dos/as trabalhadores/as. “Esse ato ganha importância no momento em que temos um Executivo com diálogo, mas um Legislativo extremamente ameaçador”, ressaltou o Prof. Bruno Rocha (Dept<sup>o</sup>. de Bioquímica e Biologia Molecular/UFC), ex-presidente da ADUFC. No mesmo sentido destacou a Prof<sup>a</sup>. Maria do Céu de Lima (FACED/UFC), 1<sup>a</sup> secretária da Regional Nordeste 1



do ANDES-SN. “Temos um Congresso que não trabalha na perspectiva da ordem e da garantia de direitos para a classe trabalhadora”, disse.

PEC 32 e teto de gastos sociais: ataques não param

Além da pauta financeira, outras medidas que atacam os/as trabalhadores/as seguem na mira da mobilização nacional dos/as servidores/as, como a reforma administrativa (PEC 32/2020), tentativa de desmonte do serviço público impulsionada no governo Bolsonaro. A proposta foi fortemente combatida pelo conjunto dos/as servidores/as públicos/as, o que a tornou inviável de ser votada no Congresso Nacional. Apesar da vitória parcial, centrais sindicais cobram o arquivamento total da PEC por entenderem que ainda há risco de ela retornar ao debate. “Das 14 semanas que ficamos em Brasília (na jornada de lutas contra a PEC 32 da qual a ADUFC participou ativamente), esse êxito ocorreu por causa da unidade da classe trabalhadora, dos servidores públicos. Essa unidade precisa ser dialogada e construída exaustivamente”, defendeu Bruno Rocha.

Ainda sobre o enfrentamento ao Congresso Nacional, a Prof<sup>a</sup>. Irenísia Oliveira citou o novo Arcabouço Fiscal, já aprovado pelo Senado e que retornou à Câmara Federal para votação final. A proposição prevê gatilhos contra servidores/as e serviços públicos que podem ser ativados caso as metas financeiras não sejam atingidas pelo Executivo federal. O texto é uma alternativa ao teto de gastos sociais imposto pela Emenda Constitucional 95, chamada à época de sua votação, em 2016, no governo de Temer, de PEC da Morte, por congelar os investimentos em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social. “Temos que lutar é por um teto de gastos financeiros para que o governo não comprometa um percentual do seu orçamento com os gastos da dívida pública. Se esses valores fossem investidos no povo brasileiro, teríamos outra cara”, pontuou a docente.

PROPOSTA DE REAJUSTE – Conforme a proposta apresentada pelas entidades sindicais ao governo na primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente, o índice pedido

para o grupo 1, formado por servidores/as que conquistaram reajustes de 2013 a 2017 e em 2022, é de 53,17% (15,27% em 2024, 2025 e 2026 mais a inflação corrente do período); já o percentual cobrado para o bloco 2 totaliza 39,92% e é voltado para servidores/as que receberam reajustes de 2013 a 2019 e em 2022, com pagamento de 11,84% em 2024, 2025 e 2026 mais o IPCA acumulado no período. Docentes das universidades federais enquadram-se neste grupo.